

Globalização, uma falsa ideia clara*

MÁRIO MURTEIRA

A CONFUSA IDEIA DE GLOBALIZAÇÃO

A palavra globalização evoca reacções acaloradas, posições ideológicas extremas, debates em que quase nada se esclarece e em que parece confundir-se sobre quase tudo. O termo associa-se a manifestações hostis de movimentos sociais muito diversos, a tremendos interesses escondidos que (é suposto) nos governam, ou a forças impetuosas de um mercado mundial que (é suposto) abrem novos caminhos de prosperidade para as nações e os indivíduos...

Para alguns, por exemplo, radicais leitores de *Le Monde Diplomatique*, «globalização» sugere o mal absoluto; para outros, por exemplo, liberais leitores de *The Economist*, a mesma palavra poderá prometer possíveis e inesgotáveis felicidades para o género humano. Como seria de esperar, os primeiros contam-se entre os que se consideram excluídos, pelo menos, marginalizados, nas economias e sociedades actuais ou entre os que julgam necessário escutar os que falam em nome daqueles. Os segundos são os privilegiados nessas economias e sociedades, embora porventura considerando que isso é apenas justo prémio dos seus próprios méritos.

Dada a diversidade e a complexidade que o termo em questão evoca, podemos seleccionar, conforme as preferências de cada um, ângulo mais ou menos favorável para observar (e julgar) a «globalização». Assim, podemos julgá-la pela visão optimista da emergente economia do conhecimento; ou pelo prisma mais problemático e inquietante das finanças globais. Neste artigo tentaremos abrir ao leitor as duas perspectivas, ainda que de forma muito sumária.

MÁRIO MURTEIRA

Doutor em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, Professor Catedrático de Economia do ISCTE, Presidente da Escola de Gestão do ISCTE, Director da Economia Global e Gestão. Tem numerosa bibliografia publicada, sendo de destacar: *O que é a Economia Mundial - a emergência de uma nova ordem global* (Difusão Cultural, 1995); *A Economia em 24 lições* (Editorial Presença, 1996; 3ª Edição); *Economia do Mercado Global* (Editorial Presença, 1997); *Hong Kong and Macau at a time of transitions*, organizador e colaborador (Macau, Fundação Macau, 2000).
E-mail: mario.murteira@iscte.pt

* Capítulo introdutório do livro em preparação «O que é a globalização?», a publicar em Novembro de 2002 pela editorial *Quimera*.

Matsuyama, K. (1995). "Complementarities and Cumulative Processes in Models of Monopolistic Competition." *Journal of Economic Literature*, 33, 701-729.

Obstfeld, M. and K. Rogoff (1996). *Foundations of International Macroeconomics*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Rebelo, S. (1991). "Long-Run Policy Analysis and Long-Run Growth." *Journal of Political Economy*, 99, 500-521.

Rivera-Batiz, L. and P. M. Romer (1991). "Economic Integration and Endogenous Growth." *Quarterly Journal of Economics*, 106, 531-555.

Romer, P. M. (1987). "Growth Based on Increasing Returns Due to Specialization." *American Economic Review*, 77, 56-62.

Romer, P. M. (1990). "Endogenous Technological Change." *Journal of Political Economy*, 98, S71-S102.

Romer, P. M. (1993). "Idea Gaps and Object Gaps in Economic Development." *Journal of Monetary Economics*, 32, 543-573.

Schultz, T. W. (1961). "Investment in Human Capital." *American Economic Review*, 61, 1-17.

Smulders, S. and T. van de Klundert (1995). "Imperfect Competition, Concentration and Growth with Firm-Specific R&D." *European Economic Review*, 39, 139-160.

Spence, M. (1976). "Product Selection, Fixed Costs, and Monopolistic Competition." *Review of Economic Studies*, 43, 217-235.

Uzawa, H. (1965). "Optimum Technical Change in an Aggregative Model of Economic Growth." *International Economic Review*, 6, 18-31.

Young, Alwyn (1998). "Growth Without Scale Effects." *Journal of Political Economy*, 106, 41-63.

A «globalização» é uma dessas falsas ideias claras que talvez contribuam mais para obscurecer do que esclarecer o entendimento do mundo complexo, falsamente transparente e realmente opaco, em que vivemos, embora a ideia possa servir um discurso apologetico das grandes empresas transnacionais, indiscutíveis grandes actores da globalização, seja o que for que o termo designe.

Mas o termo está aí, gostemos ou não disso. Tornou-se inseparável deste mundo e, logo, do seu possível entendimento.

Uns autores dizem que o processo vem (pelo menos) do séc. XV e que os grandes navegadores portugueses foram pioneiros desse grande movimento histórico. Neste sentido, a «globalização» de sabor anglo-saxónico, ou a «mundialização», como preferem dizer os franceses ou os francófilos, não seria novidade. Outros, como o autor destas linhas, dizem que se tudo que conhecemos hoje afinal já estava, ao menos em potência, em remotos passados, talvez mesmo em certo «Big Bang» inicial, o presente, esse precioso e efémero momento, está mesmo assim cheio de «novidade» e a globalização é apenas a passadeira onde desfilam esboços de possíveis novos futuros, sinistros uns, luminosos outros, tudo estando em saber como evitar uns e agarrar outros...

Assim, não é tanto a *palavra globalização* que nos interessa reter, mas antes esse denso emaranhado de problemas e controvérsias que correntemente se associam ao termo e que necessitamos desvendar para compreender o mundo actual.

Temos, então, de explicitar:

- Os problemas que seleccionamos para a nossa análise, no contexto da nossa própria «visão do mundo», coisa que faremos nesta introdução;
- O quadro metodológico ou analítico em que nos situamos para responder àqueles problemas;
- A nossa própria «visão», no sentido de Schumpeter, isto é, a nossa maneira de olhar o processo de mudança social ou reprodução social em que nos encontramos envolvidos, à escala planetária, no dealbar do século. Qualquer conceito de «globalização» é sempre decorrente de uma certa perspectiva ou «olhar» sobre a História, mais ou menos explicitamente assumida pelo sujeito do conhecimento.

É de lembrar que a inteira objectividade do conhecimento não está ao nosso alcance e que sempre persiste algum elemento subjectivo, o referido coeficiente ideológico que reflecte a nossa específica visão do mundo, por seu turno determinada por múltiplos factores endógenos e exógenos de que só em parte temos consciência. Nestes termos, em lugar de escondê-la ou pretender ignorá-la, julgamos preferível, sobretudo num tema controverso como o da globalização, quanto pos-

sível explicitar essa «visão», na procura de uma relação frontal e honesta com quem nos lê. O que, por seu turno, implicará uma digressão sobre a «natureza do nosso conhecimento sobre a natureza», em particular do conhecimento científico. Podemos pretender uma visão fundamentada, totalmente «científica», da globalização? Ao menos, na perspectiva da «Ciência Económica»? Além disso, sucede, para complicar as coisas, que as próprias respostas a estas questões dependem da nossa posição face à problemática da globalização. Poderemos livrar-nos deste, ao menos aparente, círculo vicioso?

A primeira virtude necessária para trilhar com algum êxito caminhos intelectuais, ao mesmo tempo tão fascinantes, tortuosos e enigmáticos, é, sem dúvida, a paciência, isto é, temos de reconhecer que o conhecimento é uma longa e multiforme aprendizagem. A segunda virtude necessária é a humildade, isto é, a disponibilidade para atender e entender pontos de vista diferentes do nosso, corrigindo-o sempre que for caso disso. Esperamos demonstrar ao leitor que, ao menos nestas matérias, recomendamos algo de que nós próprios nos servimos.

TEMPO DAS TRANSIÇÕES

O termo «transição» é hoje frequentemente usado em análises sobre os processos económicos ou sócio-económicos de mudança, em curso em vários pontos do planeta, e não só a noroeste, o Ocidente «desenvolvido», onde surgiu o processo do crescimento económico moderno. Em tempo que já foi designado de pós-revolucionário, é de assinalar a frequência com que o termo transição é utilizado. Dir-se-ia que enquanto o termo «revolução» se tornou obsoleto, pois sugere fundamental mudança, brusca e deliberada, com forte dose de voluntarismo, a noção de «transição» resiste melhor ao desfilhar da História, pois evoca um fluir mais ou menos contínuo, espontâneo, endógeno... ainda que o destino seja desconhecido, ou apenas confusamente pressentido. Voltaremos a isto. Mas notemos, para já, que podemos referir, com esse segundo termo, as economias que pretendiam caminhar na direcção de algum outro sistema distinto do capitalismo - e que então se consideravam em transição para alguma forma de «socialismo» - e que, a certa altura do seu trajecto, inverteram a direcção e procuram outro sentido no seu caminho. Economias que figuram em estatísticas internacionais como «economias transicionais» ou «em transição». É, como se sabe, o caso da ex-União Soviética e dos países que foram seus satélites. Mas, ainda que sem tão flagrante consagração institucional, e por vias e caminhos próprios, é também o caso da República Popular da China, desde o final dos anos 1970. Podemos, ainda, mencionar economias integradas em projectos macro-regionais, por exemplo, em transição para uma «união económica e monetária», como sucede actualmente na Europa. A União Europeia é, afinal, um grande processo transnacional de transição, rumo a um destino ainda incerto.

Mas, todo o sistema da economia mundial, como um conjunto complexo e em movimento, atravessa um complexo processo de mudança, crescentemente interligado que justificou ao sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein e aos colaboradores do Braudel Centre da Universidade de Nova Iorque (em Binghamton) um estudo ambicioso com o sugestivo título *The Age of Transition*. A OCDE, por seu turno, editou recentemente uma obra colectiva, que, não menos sugestivamente, designou por *The Creative Society of the 21th Century*. Assume-se, pois, a hipótese optimista de que é também «criativa» a sociedade «transitória» de que falamos.

Outros exemplos poderíamos dar dessa realidade insofismável do nosso tempo, um tempo de trânsito, portador de múltiplos possíveis futuros, de complexa mudança societal, crescentemente articulada em várias dimensões à escala planetária, sendo a ideia de globalização identificável com aspectos nucleares dessa transição multi-dimensional.

Posto isto, vamos defrontar neste artigo algumas questões de tão simples formulação como difícil resposta:

- Quais são as grandes tendências que configuram a economia mundial, desde a segunda metade do Século XX, e que contribuem para a «globalização» dessa economia?
- Que factores foram ou são mais determinantes dessas tendências, em particular, no domínio do progresso científico e tecnológico?
- Como poderemos distinguir, na nossa análise, processos interligados mas distintos de mundialização, transnacionalização, macro-regionalização e, finalmente, globalização, em sentidos a definir?
- E como se manifestam, nesse complexo de transformações interdependentes, as mudanças tão pesadas de consequências, ao nível da demografia, do emprego e dos movimentos intranacionais e internacionais de pessoas?

Tentaremos dar resposta a estas questões, tendo consciência de que o tema não ficará, nem poderia ficar, esgotado, longe disso. Mas esperamos, ao menos, proporcionar ao leitor alguma informação essencial e fundamentada sobre as questões referidas.

CAPITALISMO E ECONOMIA DE MERCADO

A matéria de que nos ocupamos neste artigo respeita, afinal, à análise da trajetória de longo prazo do capitalismo. Veremos que, como instrumento de análise, a ideia de globalização pode ser substituída com vantagem pelo conceito de capitalismo do mercado global. Nestes termos, o processo de globalização da economia mundial diz respeito à transição do capitalismo para uma fase - porventura terminal - que desig-

namos por *capitalismo do mercado global*. Iremos analisá-lo com alguma demora nas páginas seguintes.

Mas, antes disso, torna-se necessária uma breve reflexão metodológica.

Não são simples e pacíficos nem o conceito de «Ciência», em geral, nem de «Ciência Económica», em particular. Acresce que não é de todo líquido que possamos falar daquela «ciência» dita «económica» no mesmo sentido em que, por exemplo, podemos falar de Física ou de «ciências naturais». Não vamos aqui entrar em profundidade nestes debates, aliás tão actuais, mesmo em Portugal, mas tão pouco poderíamos ignorá-los, sob pena de termos iludido aspectos fundamentais da problemática que correntemente se associa à globalização da economia mundial.

O que distingue, no essencial, o conhecimento científico do conhecimento vulgar é, por um lado, uma exigente procura de objectividade (ou, a *contrariu sensu*, da rigorosa rejeição da subjectividade da mera «opinião»), e, por outro lado, a utilização de instrumentos analíticos complexos, adequados à natureza dos problemas que a própria comunidade científica considera relevantes no seu campo de investigação. O teste empírico, o suporte experimental, a possibilidade de contestação, o confronto argumentativo, a resistência à prova da «falsificação», já que a hipotética «verificação» nunca é definitiva, como Popper realçou, são característicos da «ciência» pura e dura (as chamadas *hard sciences*, por oposição às *soft sciences*, como as ciências sociais). Como escreveu Thomas Khun, num famoso ensaio muitas vezes citado (*The Structure of Scientific Revolutions*, 1970), o paradigma científico partilhado pela corresponsente classe de cientistas inclui uma selecção de problemas e uma matriz conceptual, tudo configurando aquilo a que Khun chamou «ciência normal» e que, na Economia, correntemente se designa por *Main Stream*, ou «corrente principal» do pensamento económico.

Ora, no campo da Ciência Económica, o tema que inicialmente mais ocupou a reflexão dos chamados «clássicos» ou «pais fundadores» - de Adam Smith a Ricardo, Malthus e a Stuart Mill - foi algo que o primeiro designou por «investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações», isto é, daquilo que hoje os economistas correntemente chamam crescimento económico. O que é reconhecer que a Economia, como «ciência», nasceu com o crescimento económico moderno. Foi, afinal, o emergir da sua consciência pela humanidade. Mas, quase 230 anos depois da primeira publicação da famosa *The Wealth of Nations*, de Adam Smith, o tema do crescimento económico é quase sempre abordado pelo *Main Stream* em modelos econométricos complexos que permitem testes empíricos e fundamentam previsões macroeconómicas, ao menos aparentemente rigorosas.

Esta metodologia, por si só, pode contribuir para apoiar uma interpretação de certo período da História de determinado país ou conjunto de países, mas não é fecunda para aquilo que mais nos interessa neste artigo, e que remete para a análise qualitativa e estrutural, num período longo, de um sistema económico habitualmente designado por capitalismo.

Não é, pois, o paradigma dominante ou *Main Stream* da Ciência Económica hoje vigente que pode guiar-nos na nossa pesquisa. Um tal paradigma assenta num conceito abstracto de economia de mercado, apropriado, além do mais, para certas análises econométricas, mas que ignora ou despreza o conceito de capitalismo. Este apenas pode fazer sentido numa abordagem de História Económica, mesmo que se trate apenas da história do passado relativamente recente, digamos, cerca de meio século.

Não é por acaso que o recente livro do historiador americano David Landes, grande sucesso de livraria e frequentemente elogiado pela crítica, intitulado *The Wealth and Poverty of Nations*, tem como citação preliminar e emblemática a seguinte frase extraída de uma carta que Malthus dirigiu a Ricardo em 1817: «... as causas da riqueza e da pobreza das nações - o grande objectivo de todas as investigações em economia política». Nesse livro fascinante, Landes interroga-se sobre questões que afinal estão também relacionadas com o nosso tema da globalização: por exemplo, por que não foi a China, na primeira metade do Séc. XV, quando dispunha de colossal (para a época) frota naval, capaz de «descobrir» e conquistar o Ocidente, e foram os portugueses, na segunda metade do mesmo século, que fizeram as «descobertas» do Oriente e as viagens que lhe permitiram dominar vastos oceanos durante cerca de oitenta anos? E porque foi na Inglaterra do Séc. XVIII, e não noutra tempo e sítio, que se iniciou a industrialização moderna?

Na realidade, não está ao alcance do presente *Main Stream* do pensamento económico actual a «explicação» razoável dessas «riqueza e pobreza das nações», a não ser a um muito elevado, e também muito redutor, nível de abstracção, mas isso está sem dúvida na mira de um historiador como Landes e outros, por discutíveis que sejam as suas interpretações da História.

E vem a propósito ainda citar um dos maiores economistas da primeira metade do Séc. XX, Joseph Schumpeter, a quem várias vezes iremos recorrer neste artigo e que, além do mais, foi precioso historiador do Pensamento Económico. Este autor considerou que o mérito do economista se pode medir em duas perspectivas: ou pela fecundidade e abrangência da sua «visão», sendo Marx o grande exemplo a referir segundo esse critério, ou pela sua capacidade de elaboração de instrumentos analí-

cos, sendo aqui Léon Walras - o grande teórico do chamado equilíbrio geral do sistema económico - o grande expoente. Schumpeter dividiu-se entre os dois modelos de pensamento económico, mas por alguma razão mereceu ser apelidado - e sem sentido depreciativo - de «Marx Burguês». É, aliás, interessante registar a proximidade da «visão», no próprio sentido schumpeteriano, daqueles dois autores. Ao mesmo tempo que registamos ser um deles implacável adversário do capitalismo, consideramos o outro o seu entusiástico apóstolo (ao menos na sua juventude e face ao capitalismo dos finais do Séc. XIX, princípios do Séc. XX).

Estaremos, pois, neste ensaio, salvaguardadas as devidas proporções, mais próximos de Schumpeter (teórico do capitalismo) que de Léon Walras (teórico do equilíbrio geral em economia de mercado).

E vem ainda a propósito, para encerrarmos esta introdução, referir uma história verdadeira que escutámos de Peter Drucker, talvez o mais conceituado autor de obras sobre *management*, hoje com mais de 90 anos de idade, e que conheceu pessoalmente Keynes e Schumpeter. Quando Drucker, com menos de 30 anos, e depois de escutar uma conferência de Keynes, lhe manifestou fundamentais dúvidas sobre o conceito de equilíbrio em Economia, foi-lhe dito pelo grande teórico de Cambridge que: «Se não acreditais no equilíbrio, jamais serás economista». Ao que Drucker voltou tranquilamente: «Eu sei». Na realidade, estava interessado em conhecer a lógica do capitalismo, não em ser «economista». Tal como nós, neste ensaio, tentando desvendar o fenómeno da «globalização».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Landes, David (2001). *A riqueza e a pobreza das nações*. Lisboa, Gradiva.
Drucker, Peter (2001). The next society A survey of the near future, *The Economist*, November 3rd.
GEPE, OCDE (2002). *A sociedade criativa do Séc. XXI*.
Khun, Thomas (1970). *The structure of Scientific Revolutions*. Foundation for the Unity of Science, University of Chicago Press, 2ª ed.
Schumpeter, Joseph (1949). Science and Ideology, *American Economic Review*, Março.
Allen and Unwin (1954). *History of Economic Analysis*.